n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Será de 120.000\$ a verba inscrita anualmente no orçamento da Direcção Geral do Ensino Técnico destinada a subsidiar a Escola Comercial do Ateneu Comercial de Lisboa, e as entregas serão feitas à Escola, em duodécimos, até àquela quantia, mediante autorização do Ministro da Educação Nacional e requisição da Direcção Geral do Ensino Técnico.

Art. 2.º A aplicação do subsídio a que se refere o artigo anterior será feita em conformidade com orçamento elaborado pelo conselho administrativo da Escola e aprovado pelo Ministro da Educação Nacional.

§ único. A composição do conselho administrativo será fixada no regulamento da Escola.

Art. 3.º O director da Escola é nomeado livremente pelo Ministro da Educação Nacional, que poderá em todo o tempo substituí-lo.

§ 1.º Findam em 31 de Julho de 1942 as funções do actual titular daquele cargo, se até essa data não fôr confirmado.

§ 2.º O vencimento do director será fixado no regulamento da Escola.

Art. 4.º A admissão de professores, feita nos termos do artigo 3.º do decreto-lei n.º 22:586, de 27 de Maio de 1933, bem como o seu despedimento ficam sujeitos a confirmação ministerial.

Art. 5.º Na Escola Comercial do Ateneu Comercial de Lisboa será ministrado o ensino técnico comercial diurno e nocturno, segundo a organização estabelecida para as escolas oficiais congéneres de Lisboa.

Art. 6.º É conferida à mesma Escola a faculdade de organizar cursos de planos e programas próprios, destinados à formação de agentes técnicos comerciais especializados, cujo funcionamento dependerá de aprovação do Ministro da Educação Nacional.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 26 de Dezembro de 1941. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Adriano Pais da Silva Vaz Serra — João Pinto da Costa Leite — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Vieira Machado — Mário de Figueiredo — Rafael da Silva Neves Duque.

Para ser presente à Assembleia Nacional.

10.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 31:803

Com fundamento nas disposições do artigo 35.º e sua alínea c) do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930, e do artigo 2.º do decreto-lei n.º 24:914, de 10 de Janeiro de 1935, e mediante proposta aprovada pelo Ministro das Finanças, nos termos do n.º 1.º do artigo 9.º do decreto-lei n.º 22:470, de 11 de Abril de 1933, e do citado artigo 2.º do decreto-lei n.º 24:914;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do Ministério da Educação Nacional, um crédito especial da quantia de 12.925\$, destinado a inscrever e a reforçar as seguintes dotações do orçamento do se-

gundo dos mencionados Ministérios para o corrente ano económico:

CAPÍTULO 3.º

Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes

Teatro Nacional de S. Carlos

A inscrever:

Artigo 579.º-A — Despesas de comunicações:
1) Transportes 3.000\$00

CAPÍTULO 5.º

Direcção Geral do Ensino Técnico

Escola Comercial Patricio Prazeres

Artigo 714.º — Remunerações certas ao pessoal em exercício:

2) Pessoal destacado de outros serviços do Estado:
1 contínuo de 2.ª classe 6.000\$00

Escola de Regentes Agrícolas de Coimbra

Artigo 757.º — Remunerações certas ao pessoal em exercício:

3) Pessoal contratado não pertencente aos quadros:
Gratificações dos professores de educação moral e cívica, nos termos do artigo 8.º do decreto n.º 31:432, de 29 de Julho de 1941 675\$00

Escola de Regentes Agrícolas de Santarém

Artigo 767.º — Remunerações certas ao pessoal em exercício:

3) Pessoal contratado não pertencente aos quadros:
Gratificações dos professores de educação moral e cívica, nos termos do artigo 8.º do decreto n.º 31:432, de 29 de Julho de 1941 450\$00

CAPÍTULO 4.º

Direcção Geral do Ensino Liceal

A reforçar:

Artigo 634.º — Despesas de comunicações:
1) Correios e telégrafos 1.000\$00
2) Telefones 1.800\$00
2.800\$00
12.925\$00

Art. 2.º São anuladas as seguintes importâncias no orçamento do Ministério da Educação Nacional para o corrente ano económico:

No capítulo 4.º, artigo 643.º, n.º 1), alínea f) 2.800\$00
No capítulo 5.º, artigo 714.º, n.º 1), «Escola Comercial Patricio Prazeres» 6.000\$00
No capítulo 5.º, artigo 758.º, n.º 1) 675\$00
No capítulo 5.º, artigo 767.º, n.º 1) 450\$00
No capítulo 6.º, artigo 839.º, n.º 1), alínea a) 3.000\$00
12.925\$00

Este crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o § único do artigo 36.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 26 de Dezembro de 1941. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Adriano Pais da Silva Vaz Serra — João Pinto da Costa Leite — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Vieira Machado — Mário de Figueiredo — Rafael da Silva Neves Duque.